

Education at a Glance: OECD Indicators - 2004 Edition

Summary in Portuguese

Panorama Educativo: Indicadores da OCDE – Edição de 2004

Sumário em Português

As economias e condições sociais em mutação deram à educação um papel cada mais importante para o sucesso dos indivíduos e das nações. O capital humano foi identificado há muito como um fator chave no combate ao desemprego e aos baixos salários, mas também há provas sólidas de que está associado a um vasto leque de benefícios não-econômicos, incluindo-se as melhorias no setor de saúde e o maior sentimento de bem-estar.

Os benefícios da educação levaram à participação acrescida em mais áreas de atividade – por parte de pessoas de todas as idades, desde a pequena infância até a idade adulta avançada. O pedido de formação sendo crescente e se tornando mais diversificado, o desafio do governo consiste em assegurar que as oportunidades de aprendizagem fornecessem uma resposta às verdadeiras necessidades de maneira rentável.

Panorama Educativo – Indicadores da OCDE 2004 fornece uma série de indicadores, comparáveis e atualizados, sobre o desempenho dos sistemas educativos que representam o consenso do pensamento profissional sobre como avaliar o estado atual da educação a nível internacional. Os indicadores fornecem informações sobre os recursos humanos e financeiros investidos na educação, sobre a maneira de os sistemas educativos e de aprendizagem atuarem e evoluírem, e sobre a volta aos investimentos educacionais. As constatações principais da publicação são as seguintes:

Anos de ensino na zona da OCDE

- O **grau de instrução médio da população adulta** nos países da OCDE corresponde a 11,8 anos, com base na duração dos programas educacionais atuais. Para os 18 países classificados acima da média da OCDE, a média de anos de ensino varia de 11,8 anos a 13,8 anos. Para os restantes 12 países, a extensão é maior, abrangendo mais de quatro anos, desde o período mais curto, de 7,4 anos até 11,8 anos (Quadro A1.1).

Qualificações básicas para uma entrada bem sucedida no mercado de trabalho

- Em 17 países sobre os 20 da OCDE com dados comparáveis, a proporção de diplomados do Ensino Médio na população tendo a idade típica para ser diplomada é superior a 70%. Na Dinamarca, Alemanha, no Japão, na Noruega, Polónia e Suíça, a proporção de diplomados é igual ou superior a 90%. O desafio consiste agora em cuidar de não esquecer a parte restante, com o risco de exclusão social que pode ser ocasionada (Quadro A2.1).
- A comparação entre o nível educacional da população entre 25 e 34 anos e o da população entre 45 e 54 anos mostra que a proporção de indivíduos que **completaram o Ensino Médio** foi crescente em quase todos os países da OCDE, rapidamente em alguns: em dois terços dos países, a proporção varia de 70% a 95% para a geração mais jovem. Muitos países que tinham tradicionalmente baixos níveis de educação estão tendo uma recuperação (Quadro A2.2).

Formações superiores no ensino superior

- Em média, para 17 países da OCDE com dados comparáveis, 32% das pessoas em idade típica de serem graduadas **são atualmente titulares de um diploma do Ensino Superior** por universidades e outras instituições que oferecem qualificações semelhantes – um percentual que varia de menos de 20% na Áustria, República Checa, Alemanha e Suíça, a mais de 40% na Austrália, Finlândia, Islândia e Polónia (Quadro A3.1).
- Tal como foi avaliado pelo nível educacional, houve um aumento da quantidade de diplomas **do Ensino Superior** no seio da população adulta da OCDE. No entanto, este aumento é devido em maior parte a aumentos significativos nas taxas de graduação do Ensino Superior em um pequeno número de países, comparativamente (Quadro A3.4).
- Em média, um terço dos estudantes dos países da OCDE **“abandonam” o Ensino Superior** antes de completar o primeiro grau (Quadro A3.2).
- Em média, no seio dos países da OCDE, aproximadamente um terço dos **graduados** que obtêm um diploma universitário ou equivalente o fazem em ciências sociais, negócio ou direito. A segunda mais popular **área de estudo** é ligada à ciência (Engenharia, Produção e Construção, Ciências da Vida, Ciências Físicas e Agricultura, Matemática e Informática, excluindo-se Saúde e Serviço Social), na qual em média um estudante em quatro é diplomado (Quadro A4.1).

- Nas Ciências Humanas, Artes, Educação, Saúde e Serviço Social, em média mais de dois terços dos **graduados** por uma universidade ou um estabelecimento de nível equivalente são **mulheres** nos países da OCDE. No entanto, menos de um terço dos graduados em Matemática e Informática, e menos de um quinto dos graduados em Engenharia, Produção e Construção, são mulheres (Quadro A4.2).
- A **taxa de graduação universitária ou equivalente para as mulheres** é igual ou superior à dos homens na maioria dos países da OCDE, mas os homens têm mais chances que as mulheres de obterem qualificações avançadas de pesquisa, tais como os Doutorados (Quadro A4.2).

A qualidade dos resultados do Ensino de Primeiro Grau

- Numa comparação envolvendo nove países, quatro (Grécia, Hungria, Islândia e Eslovénia) mostraram aumentos significativos nas estatísticas da média de **nível de alfabetização dos alunos da 4ª série** entre 1991 e 2001, variando de um aumento de 16 pontos na Hungria a um aumento de 41 pontos na Grécia. Contrariamente, o nível da Suécia decresceu neste período, passando de 513 pontos em 1991 até 498 pontos em 2001 (Quadro A5.1).
- Na Hungria, uma melhoria **do desempenho de mais de um quarto dos estudantes** levou a um bom desempenho. Contrariamente, o declínio do desempenho do quarto mais alto na Suécia contribuiu para o decréscimo do desempenho médio entre os estudantes suecos (Quadro A5.1).
- Em 1991, **o nível das moças foi superior ao dos moços** nesses nove países. Em 2001, embora as diferenças a favor das moças permaneçam na maioria dos países, diferenças mensuráveis desapareceram na Itália e Islândia (Quadro A5.2).

A qualidade do ensino no fim do Segundo Grau escolar

- Em média, nos países da OCDE, 10% dos **15 anos de idade** possuíam **competências de alfabetização de Nível 5**, que incluem a avaliação da informação e a elaboração de hipóteses, levando ao conhecimento especializado e a conceitos de adaptação contrários às expectativas. No entanto, este percentual varia de 19% na Finlândia e Nova Zelândia a menos de 1% no México. Uma média de 12% somente dos 15 anos de idade adquiriram **as competências básicas de alfabetização em Nível 1** e 6% têm um nível inferior (Quadro A6.1).
- **Os 15 anos de idade** no Japão mostram os melhores resultados médios no **conhecimento de Matemática**, embora seus resultados não possam ser distinguidos estatisticamente dos estudantes dos dois outros países com melhor desempenho, a Coreia e a Nova Zelândia. A nível **do conhecimento científico**, os estudantes no Japão e na Coreia têm o melhor desempenho médio (Quadros A7.1 e A7.2).
- Embora haja grandes diferenças no desempenho médio entre os países, a **variação do desempenho dos 15 anos de idade para cada país** é muitas vezes maior. No entanto, disparidades importantes de desempenho não são uma condição necessária para um país alcançar um alto nível de desempenho global. Pelo contrário, cinco dos países que têm a menor variação de desempenho no nível do conhecimento matemático, ou seja, o Canadá, a Finlândia, Islândia, o Japão e a Coreia, têm todos um desempenho significativamente mais alto que a média dos países da OCDE, e

quatro destes, o Canadá, a Finlândia, o Japão e a Coreia, fazem parte dos seis países com melhor desempenho em conhecimento matemático (Quadro A7.1).

Diferenças de gênero nas conseqüências do ensino e na atitude dos estudantes

- No 4º nível de graduação, o nível de alfabetização das mulheres é, em média, mais elevado que o dos homens, e na idade de 15 anos, a **diferença de gêneros** na leitura tende a ser mais importante (Quadros A9.2 e A9.3).
- Em Matemática, os moços de 15 anos tendem a ter uma leve vantagem na maioria dos países; nas Ciências, os **modelos de gêneros** são menos pronunciados e desiguais (Quadro A9.2).
- Em **conhecimento cívico**, há poucas diferenças de gênero entre os 14 anos de idade (Quadro A9.4).
- As mulheres parecem ter maiores **expectativas** que os homens **para suas futuras ocupações**, mas há uma variação considerável nas expectativas de ambos os gêneros em cada país (Quadro A9.1).
- Em cerca da metade dos países, as mulheres gostam mais da **aprendizagem cooperativa** que os homens, enquanto que os homens da maioria dos países tendem a gostar mais da **aprendizagem competitiva** que as mulheres.

Participação dos estudantes e envolvimento na escola

- Em média, quase um quarto dos **15 anos de idade** exprime uma visão negativa do seu **sentimento de pertencer** à escola, e em média um em cinco começou recentemente a faltar na escola, chegar atrasado ou matar as aulas (Gráfico A8.1).
- Os estudantes na Áustria, Suécia e Suíça mostraram um alto **sentimento de pertencimento**, enquanto os estudantes na Bélgica, na República Checa, no Japão, na Coreia e Polônia revelaram um **sentimento de pertencimento** inferior à média (Quadro A8.1).
- Na maioria dos países, a prevalência dos estudantes que têm um baixo **sentimento de pertencimento** variou de maneira significativa entre as escolas, e a **variação de uma escola para outra** era ainda maior para a participação do estudante (Indicador A8).
- Em nível individual, **a relação entre a participação dos estudantes e o sentimento de pertencimento** é baixa, e sugere que há muitos estudantes que não têm o sentimento de pertencimento mas ainda vão regularmente para escola, e vice versa (Gráfico A8.3).
- Contrariamente, no nível da escola, **o sentimento de pertencimento dos estudantes e sua participação** tendem a andar de mãos dadas e estão esteitamente vinculados ao **desempenho escolar**, sugerindo que as escolas com altos níveis de envolvimento tendem a ter altos níveis de desempenho acadêmico (Gráfico A8.3).
- Esta análise revela, entre outros, que uma proporção considerável de estudantes com alto desempenho acadêmico comparativamente, ainda mostra um baixo sentimento de pertencimento (Gráfico A8.4).

Benefícios da educação no emprego

- **As taxas de emprego** aumentam com o grau de instrução na maioria dos países da OCDE. Com raras exceções, a taxa de emprego dos titulares de um diploma de Nível Superior é nitidamente mais alta que a taxa daqueles que têm um diploma do Ensino Médio. Entre os homens, há uma grande diferença entre os titulares de um diploma de Ensino Médio e aqueles que não têm uma qualificação de Nível Médio (Quadro A10.1a).
- A **taxa de emprego das mulheres** que têm um grau de instrução inferior ao ensino médio é particularmente baixa. A taxa de mulheres com um nível educacional superior excede 75% em todos os países, exceto em quatro, mas permanece inferior àquela dos homens em todos os países (Quadro A10.1a).
- A **diferença de gênero nas taxas de emprego** decresce com o aumento do nível educacional. A diferença é de 23 pontos percentuais entre as pessoas que não concluíram o Ensino Médio e de 11 pontos percentuais entre os que atingiram o maior nível de instrução (Quadro A10.1a).

Beneficiando os salários dos indivíduos

- **Educação e rendimento** estão interligados de modo positivo. Em muitos países, o Ensino Médio estabelece um ponto de transição além do qual a instrução suplementar atrai prêmios especialmente elevados. Em todos os países, os titulares de diplomas do Ensino Superior têm salários substancialmente mais altos que os diplomados do Ensino Médio. A diferença de salários entre o Ensino Superior e o Ensino Médio é geralmente mais pronunciada que entre o Ensino Médio e o Primeiro Grau (Quadro A11.1a).
- **Os salários das pessoas cujo grau de instrução é inferior ao Ensino Médio** tendem a representar entre 60 e 90% do salário dos diplomados do Ensino Médio (Quadro A11.1a).
- Com o mesmo nível educacional, **as mulheres ainda ganham menos que os homens** (Quadro A11.1b).

Instrução, produtividade do trabalho e crescimento econômico

- Análises recentes do **capital humano** em 14 economias da OCDE – com base nos resultados de alfabetização – sugerem que houve **efeitos** significativamente positivos **no crescimento** (Indicador A12).
- Os aumentos **no estoque de capital humano** leva à produtividade do trabalho, e também serve como fator de progresso tecnológico (Indicador A12).
- O aumento da **produtividade no trabalho** representava pelo menos a metade do **crescimento do PIB per capita** na maioria dos países da OCDE no período 1990-2000 (Gráfico A12.1).
- Geralmente, estima-se que na zona da OCDE, o aumento do nível médio de desempenho anual eleva o nível de produção per capita de 3% a 6% (Indicador A12).

Despesas por estudante

- Os países da OCDE **gastam 4 819 US\$ por estudante de Primeiro Grau**, 6 688 US\$ **por estudante do Ensino Médio** e 12 319 US\$ por estudante no Ensino Superior, mas estas médias disfarçam uma ampla faixa de despesas em todos os países. Em média, tal como foi representado pela simples média entre todos os países da OCDE, os países gastaram 2,2 vezes mais por estudante de Ensino Superior de que por estudante de Primeiro Grau (Quadro B1.1).
- Com exceção do campo da pesquisa e desenvolvimento (R&D), **as despesas nos estabelecimentos de Ensino Superior** representam em média 7 203 US\$ e variam de 4 000 US\$ ou menos na Grécia, no México, na Polônia e Turquia, a mais de 8 000 US\$ na Austrália, Bélgica, Dinamarca, Irlanda, nos Países-Baixos, na Suécia, no Reino-Unido e nos Estados- Unidos (Quadro B1.1).
- Em alguns países da OCDE, as baixas despesas anuais por estudante do Ensino Superior ainda representam altos **custos globais por estudante do Ensino Superior**, porque os estudantes permanecem no Ensino Superior por um período significativo (Quadro B1.3).
- Despesas inferiores não podem ser automaticamente equacionadas com a **qualidade inferior dos serviços educacionais**. A Austrália, Finlândia, Irlanda, Coreia e o Reino-Unido, cujas despesas educacionais por estudante são moderadas no Ensino Primário e no Ensino Médio, fazem parte dos países da OCDE com o maior nível de desempenho por estudante de 15 anos em áreas fundamentais (Indicadores A6 e B1).
- Há diferenças significativas entre a proporção de dinheiro investido e a proporção de estudantes envolvidos no Ensino Superior. Em média, nos 24 países da OCDE com dados disponíveis, 24% das despesas totais das instituições educacionais são atribuídas ao Ensino Superior, enquanto somente 14% dos estudantes são matriculados neste nível de instrução (Quadro B1.4).
- **As despesas** por estudante de Ensino Primário, Médio e Pós-Ensino Médio não superior aumentaram em 29% ou mais **entre 1995 e 2001** na Austrália, Grécia, Irlanda, Polônia, em Portugal, na Espanha e Turquia. No Ensino Superior, as despesas educacionais nem sempre alcançaram o ritmo da rápida expansão das matrículas (Quadro B1.5).
- Em 7 países da OCDE sobre 22 com dados disponíveis, **as despesas nos estabelecimentos de Ensino Superior por estudante** expressas em dólar americano decresceram **entre 1995 e 2001**, enquanto o PIB per capita aumentou no mesmo período (Quadro B1.6).

A proporção da receita nacional investida em educação

- Os países da OCDE gastam 6,2% do seu PIB coletivo nos estabelecimentos de ensino (Quadro B2.1a).
- Em 17 países da OCDE sobre 18 com dados disponíveis, **as despesas públicas e privadas dos estabelecimentos de ensino** aumentaram em termos reais em mais de 5% **entre 1995 e 2001**. No entanto, por contraste com as tendências do início dos

anos 90, o aumento das despesas dos estabelecimentos de ensino tende a ser inferior ao crescimento da receita nacional (Quadros B2.1a e B2.2).

- O Canadá, a Coreia e os Estados- Unidos gastam mais de 2% do seu PIB no **Ensino Superior** (Quadro B2.1b).

Fontes públicas e privadas de financiamento

- **Os estabelecimentos de ensino ainda são principalmente financiados pelos recursos públicos:** 88% do financiamento total dos estabelecimentos de ensino provêm diretamente de fontes públicas. No entanto, **o financiamento privado** é significativo na Coreia (onde representa 43% das despesas totais), nos Estados- Unidos (aproximadamente um terço das despesas totais), na Austrália e no Japão (quase um quarto das despesas totais) (Quadro B3.1).
- Em vários países da OCDE, **os governos pagam a maioria dos custos do Ensino Primário e Médio**, mas deixam o gerenciamento destes estabelecimentos de ensino ao setor privado. Isto fornece maiores oportunidades de aprendizagem sem criar barreiras à participação dos estudantes com famílias de pouca renda (Quadros B3.2a e B3.3).
- **Os estabelecimentos de Ensino Superior** obtêm uma proporção bem superior do seu financiamento por parte de **fontes privadas** de que os estabelecimentos de Ensino Primário e Médio. A proporção privada varia de menos de 4% na Dinamarca, Finlândia, Grécia e Noruega, a mais dos três quartos na Coreia, mas inclui pagamentos privados provenientes de recursos públicos (Quadro B3.2b).
- Em um terço dos países – Austrália, Bélgica, Canadá, Hungria, Coreia, Países-Baixos, Suécia, Reino- Unido e Estados- Unidos – a proporção das **despesas dos estabelecimentos de Ensino Superior abrangidas por entidades privadas outras que as famílias** representa 10% ou mais (Quadro B3.2b).
- Em todos os níveis de ensino, a **tendência da proporção de despesas educacionais públicas/privadas** é diversificada, com alguns países se orientando para as despesas públicas e outros para as despesas privadas. Na maioria dos casos, a passagem para despesas privadas não levou ao decréscimo do nível real de despesas no setor público (Quadros B2.2, B3.2a e B3.2b).

A proporção de orçamento governamental controlada pelo setor de instrução

- **Em média, os países da OCDE consagram 12,7% das despesas públicas totais à instrução.** No entanto, os valores para cada país individualmente variam de menos de 10% na República Checa, Alemanha, no Luxemburgo e na República Eslovaca, a 24% no México (Quadro B4.1).
- **O financiamento público da instrução** é uma prioridade social, mesmo nos países da OCDE com pouco envolvimento público em outras áreas (Quadro B4.1).
- **As despesas públicas de instrução tendem a crescer mais depressa que as despesas públicas totais**, mas menos depressa que o PIB. As despesas públicas na educação, como percentual das despesas públicas totais, cresceram mais depressa entre 1995 e 2001 na Dinamarca, no México e na Suécia (Quadro B4.1).

O alcance e a natureza dos subsídios públicos às famílias

- **Os subsídios públicos para os estudantes e as famílias** são mais nítidos no Ensino Superior (Quadros B5.1 e B5.2).
- Uma média de 17% das **despesas públicas no Ensino Superior** é atribuída para **ajudar os estudantes, as famílias e outras entidades privadas**. Na Austrália, Dinamarca, Nova Zelândia, Noruega, Suécia e nos Estados Unidos, os subsídios públicos representam 30% ou mais do orçamento consagrado ao ensino público superior (Quadro B5.2).
- **Os subsídios** são geralmente mais evidentes nos sistemas em que espera-se dos estudantes que paguem pelo menos uma parte dos seus custos de instrução (Indicador B5).
- **Os sistemas de empréstimo ao estudante** tendem a ser implementados nos países com altos níveis de matrícula no Ensino Superior. Na maioria dos países da OCDE, os beneficiários dos subsídios públicos observam uma discriminação considerável relativamente aos seus subsídios. Em todos os países da OCDE apresentados, os subsídios são principalmente gastos fora das instituições educacionais, e em um país sobre quatro, exclusivamente fora (Quadro B5.2);

A distribuição do financiamento por categorias de recurso

- Em média, um quarto das despesas do Ensino Superior é atribuído à **pesquisa e desenvolvimento (R&D) em estabelecimentos de Ensino Superior**. Diferenças significativas entre os países da OCDE com ênfase na R&D nos estabelecimentos de Ensino Superior explicam uma parte das grandes diferenças nas despesas por estudante do Ensino Superior (Quadro B6.1).
- Para os níveis inferiores ao Ensino Superior, **as despesas correntes** representam uma média de 92% dos gastos totais nos países da OCDE. Em todas as economias da OCDE, exceto em quatro, 70% ou mais das despesas correntes no Ensino Superior são gastos nos **salários do pessoal** (Quadro B6.3).

Acesso à educação, participação e progressão

Anos de escola previstos

- Em 24 sobre 27 países da OCDE, **os indivíduos participam da instrução formal** entre os 16 e os 20 anos em média. A maior variação entre os países em relação a esta medida provem de diferenças de matrícula no Ensino Médio (Quadro C1.1).
- A **expectativa escolar** aumentou entre 1995 e 2002 em todos os países da OCDE apresentando dados semelhantes (Quadro C1.1).
- Na metade dos países da OCDE, mais de 70% das **crianças com idade de três a quatro** são matriculadas em programas pre-primários ou primários. Do outro lado dessa amostra, um jovem de 17 anos pode esperar passar em média 2,7 anos no Ensino Superior (Quadro C1.2).
- Na maioria dos países da OCDE, **as mulheres podem esperar ter acesso a 0,7 ano de ensino suplementar**, em média, que os homens (Quadro C1.1).

Acesso ao Ensino Superior

- Hoje, um entre dois jovens na zona da OCDE terá **acesso a um programa universitário ou de nível equivalente** durante sua vida (Quadro C2.1).
- Nos países da OCDE, em média, **um jovem de 17 anos pode agora esperar se matricular em programas de Ensino Superior de 2,7 anos**, incluindo-se 2,0 anos em tempo integral. Na Finlândia, Coréia, e nos Estados-Unidos, os estudantes podem esperar entrar no Ensino Superior por aproximadamente quatro anos de tempo integral e parcial (Quadro C2.2).
- Com exceção da Áustria e da França, **o acesso ao Ensino Superior** cresceu em todos os países da OCDE **entre 1995 e 2002** (Quadro C2.2).
- **A maioria dos estudantes do Ensino Superior está matriculada em estabelecimentos públicos**, mas na Bélgica, no Japão, na Coréia, nos Países-Baixos e no Reino-Unido, a maioria dos estudantes está matriculada em instituições privadas (Quadro C2.3).

A internacionalização do Ensino Superior

- **Em 2002, 1,90 milhão de estudantes se matricularam fora do seu país de origem** na zona da OCDE e nos países parceiros apresentados nesta edição. Isto representava um aumento de 15% na mobilidade total dos estudantes desde o ano precedente (Quadro C3.6).
- Cinco países (Austrália, França, Alemanha, Reino-Unido e Estados-Unidos) acolhem aproximadamente 73% de todos **os estudantes estrangeiros que estudam na zona da OCDE** (Quadro C3.2).
- Em quantidade absoluta, os estudantes franceses, alemães, gregos, japoneses, coreanos e turcos representam a **maior fonte de incorporação dos países da OCDE** para países da OCDE e países parceiros. Os estudantes chineses, indianos e do sudeste da Ásia abrangem o **maior número de estudantes estrangeiros de países parceiros** nos países da OCDE e nos países parceiros (Quadro C3.2).
- Relativamente à matrícula total de um país no Ensino Superior, **o percentual de estudantes estrangeiros matriculados nos países da OCDE** varia de menos de 1% até quase 18% na Austrália e na Suíça. Proporcionalmente ao seu tamanho, a Austrália, Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Suíça e o Reino-Unido admitem ter a maior quantidade de estudantes estrangeiros, quando medido em percentual de matrículas no Ensino Superior (Quadro C3.1).
- Na Finlândia, Espanha e Suíça, mais de um estudante em seis está matriculado em programas de pesquisa teórica altamente avançados (Quadro C3.4).
- Em tudo que se refere aos **campos de estudo**, 30% ou mais dos **estudantes estrangeiros** são matriculados em Ciências ou Engenharia na Austrália, Finlândia, Alemanha, Suécia, Suíça e no Reino-Unido (Quadro C3.5).

A transição do ensino para a vida profissional

- Nos países, em média, **um jovem com 15 anos de idade pode esperar ter acesso ao ensino formal por pouco menos de seis anos e meio**. Em 17 sobre os 28 países estudados, este período varia de quase seis anos a sete anos e meio (Quadro C4.1a).

- Além do número previsto de anos passados no ensino, um jovem de 15 anos pode esperar estar empregado por 6,4 anos dos 15 anos que vêm, estar desempregado por 0,8 ano no total, e estar fora do mercado de trabalho por 1,3 ano. Os países variam mais na duração média de período de desemprego. (Quadro C4.1).
- **Em 23 sobre 27 países da OCDE, as mulheres entre 20 e 24 anos de idade têm mais acesso ao ensino que os homens da mesma idade.** Os homens entre 20 e 24 anos têm mais chances de estar desempregados. O percentual dos 20 a 24 anos que não estão num sistema de ensino varia entre 50 e 70% na maioria dos países da OCDE (Quadro C4.2a).
- Em alguns países, instrução e trabalho ocorrem muitas vezes consecutivamente, enquanto em outros países são concorrentes. **Os programas de trabalho-estudo**, relativamente comuns nos países europeus, abrem caminhos de instrução vocacional estruturada para as qualificações ocupacionais reconhecidas. Em outros países, a instrução básica e o trabalho são raramente associados (Quadro C4.4).
- **A Proporção dos jovens de 20 a 24 anos que não estão num sistema de ensino** nem concluíram o Ensino Médio é inferior a 10% em somente 8 dos 27 países da OCDE. Em 11 países, este grupo a risco potencial representa entre 10 e 18% deste grupo de idade, e para os oito países restantes da OCDE, mais de 20% deste grupo de idade cai nesta categoria (Quadro C5.1).
- O percentual de homens de 20 a 24 anos de idade que estão neste grupo “de risco” é superior ao percentual de mulheres da mesma categoria em 19 dos 27 países, mais especificamente na Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, em Portugal e na Espanha. Os países em que a tendência inversa é mais evidente são a Dinamarca, o Luxemburgo e a Turquia (Quadro C5.1).

O ambiente educacional e a organização dos estabelecimentos

O volume de instrução que os estudantes recebem

- Os alunos acumulam, em média, 6 868 **horas de ensino** entre 7 e 14 anos, dentre as quais 1 576 horas são destinadas às crianças de 7 a 8 anos, 2 510 horas às crianças de 9 a 11 anos e 2 782 horas às crianças de 12 a 14 anos (Quadro D1.1).
- Nos países da OCDE, os alunos entre 7 e 8 anos têm em média 752 horas anuais de **instrução obrigatória** e 788 horas anuais de **instrução prevista em salas de aula**. É planejado que os alunos de 9 a 11 anos recebam aproximadamente 50 horas anuais de tempo educacional a mais que os alunos de 7 a 8 anos, e os alunos de 12 a 14 anos aproximadamente 100 horas anuais a mais que os alunos de 9 a 11 anos. No entanto, esses dados variam consideravelmente de um país para outro (Quadro D1.1).
- **O ensino da leitura e da escrita, da matemática e das ciências** abrange quase a metade da instrução obrigatória para os alunos de 9 a 11 anos e para 41% dos alunos de 12 a 14 anos. Entre os países, observa-se uma importante variação do percentual do currículo escolar dos 9 a 11 anos consagrado à leitura e à escrita como matérias obrigatórias; este varia de 12% do currículo em Portugal a 31% na República Eslovaca (Quadro D1.2).

Políticas de admissão nos estabelecimentos de Ensino Médio

- Com base nos resultados de pesquisas feitas com diretores de escolas em 2002, o desempenho acadêmico dos estudantes é o **critério de admissão dos estudantes nos estabelecimentos de Ensino Médio** mais utilizado, embora isto varie consideravelmente entre os países. Mais de 80% dos estudantes na Finlândia, Hungria e Noruega frequentam estabelecimentos onde o **desempenho acadêmico** dos estudantes é sempre utilizado como um critério de admissão, enquanto na Espanha este percentual é inferior a 10% (Quadro D5.1).
- Os outros fatores mais vulgarmente utilizados nas **políticas de admissão** são as necessidades e o interesse pelo programa, bem como a residência em determinada área (Quadro D5.1).
- Para **agrupar os estudantes**, o critério mais vulgarmente utilizado é a **escolha pelo estudante** de um tema ou programa específico, em média 73% dos estudantes frequentam escolas em que este critério é sempre utilizado. Contrariamente, no México, quase a metade dos estudantes frequentam escolas onde este critério nunca é utilizado. Agrupar os estudantes para se assegurar que as classes contenham uma **mistura de capacidades** é a outra política mais comum, seguida da reunião de estudantes por semelhança de idade (Quadro D5.3).
- Os estabelecimentos da Comunidade Flamenga da Bélgica, na Hungria, Irlanda e Itália são em média mais seletivos, na admissão e na reunião de estudantes, do que a média nacional. Por contraste, na Espanha e Suécia, os estabelecimentos se revelam menos seletivos na sua política de admissão que a média internacional, e também tendem a utilizar menos frequentemente políticas seletivas de agrupamento (Quadro D5.3).

Tamanho da turma e taxa de estudante/professor

- O **tamanho médio de uma turma** no Ensino Primário é de 22, mas varia de um país para outro, de 36 estudantes por turma na Coreia a menos da metade na Grécia, Islândia e no Luxemburgo (Quadro D2.1).
- O **número de alunos por turma** aumenta em média de dois alunos entre o Ensino Primário e o Ensino Médio, mas o **número de alunos por pessoal de ensino** tende a decrescer com o aumento do nível educacional devido a um tempo educacional superior (Quadro D2.1).
- O **pessoal de ensino ou não empregado** nos estabelecimentos primários e de Ensino Médio varia de mais de 81 pessoas por 1 000 estudantes matriculados no Japão, na Coreia e no México a 119 pessoas ou mais por 1 000 estudantes na França, Hungria, Islândia, Itália e nos Estados-Unidos (Quadro D2.3).

Salários dos professores

- Os **salários em meio de carreira** dos professores do Ensino Fundamental variam de menos de 10 000 US\$ na República Eslovaca a 40 000 US\$ ou mais na Austrália, Alemanha, no Japão, na Coreia, Escócia, Suíça e nos Estados-Unidos (Quadro D3.1).
- Em média, o salário dos **professores do Ensino Médio por hora de ensino** excede o dos professores do Primário em aproximadamente 40%, embora a diferença seja inferior a 5% na Nova Zelândia, Turquia e nos Estados-Unidos, e alcance 82% na

Espanha, onde a diferença entre a hora de ensino no Primário e no Ensino Médio é a maior (Quadro D3.1).

- **Os salários no mais alto nível da carreira** são em média superiores em 70% aos salários de base no Ensino Primário e no Ensino Médio, embora isto varie consideravelmente entre os países conforme o número de anos necessários para a progressão de um professor na sua carreira. Por exemplo, os salários no mais alto nível de carreira na Coreia são quase três vezes os salários de base, mas os professores levam 37 anos para alcançar o nível mais alto (Quadro D3.1).
- **Os salários dos professores aumentaram em termos reais entre 1996 e 2002 em virtualmente todos os países**, o maior aumento sendo constatado na Hungria e no México. Os salários no Ensino Primário e Médio na Espanha decresceram em termos reais no mesmo período (Quadro D3.3).

Carga horária dos professores

- A **carga horária anual nos estabelecimentos públicos primários** representa em média 803 horas, mas varia de 617 horas no Japão a 1 139 horas nos Estados- Unidos (Quadro D4.2).
- A carga horária média **no Ensino Fundamental** é de 717 horas, mas varia de 513 horas no Japão a 1 167 horas no México (Quadro D4.2).
- A **carga horária média no Ensino Médio** é de 674 horas, mas varia de 449 horas no Japão a 1 121 horas nos Estados- Unidos (Quadro D4.2).
- O **percentual da carga horária consagrada ao ensino** é maior no Ensino Primário do que no Ensino Médio. Em ambos os níveis, o percentual da carga horária consagrada ao ensino é superior a 50% em um baixo número de países unicamente (Quadro D4.1 e Gráfico D4.2).
- **Os regulamentos relativos à carga horária dos professores** variam consideravelmente de um país para outro. Em alguns países, exige-se dos professores que trabalhem uma quantidade específica de horas; em outros, somente é especificada a carga horária semanal do professor (Indicador D4).

Repartição das responsabilidades pelas tomadas de decisão no Ensino Fundamental

- Globalmente, com base em dados de 2003, a **tomada de decisão** é mais altamente concentrada (tomada a nível central ou estatal do governo) na Austrália, Áustria, Grécia, no Luxemburgo, México, Portugal, na Espanha e Turquia, o governo central sendo particularmente predominante na Grécia (88% das decisões tomadas pela administração central) e no Luxemburgo (66%) (Quadro D6.1).
- As decisões são mais frequentemente tomadas **a nível dos estabelecimentos** na República Checa, Inglaterra, Hungria, Nova Zelândia e República Eslovaca, e em particular nos Países-Baixos, onde todas as decisões são tomadas a nível do estabelecimento (Quadro D6.1).
- **As decisões relativas à organização da instrução** são essencialmente tomadas por estabelecimentos em todos os países da OCDE, enquanto que **as decisões relativas ao planeamento e às estruturas** pertencem principalmente aos níveis de governo

mais centralizados. O quadro é mais variado para as **decisões relativas à gestão do pessoal e à alocação e uso dos recursos** (Quadro D6.2).

- **Apenas menos da metade das decisões tomadas pelos estabelecimentos o são de maneira totalmente autónoma**, aproximadamente na mesma proporção que as decisões tomadas num quadro elaborado por uma autoridade superior. As decisões tomadas por estabelecimentos em consulta com outros estabelecimentos são relativamente raras. Os estabelecimentos têm menos ocasiões de tomar decisões de maneira autónoma relativamente ao planeamento e às estruturas do que a outras áreas (Quadro D6.3).
- **Entre 1998 e 2003, a tomada de decisões na maioria dos países se tornou mais descentralizada**, de forma mais notável na República Checa, Coreia e Turquia. A tendência inversa foi evidenciada na Comunidade Francesa da Bélgica e na Grécia (Quadro D6.3).

Além da atualização dos indicadores regulares, esta edição inclui os seguintes novos indicadores:

- **A5: Tendências do Nível de Alfabetização** – avalia o nível de alfabetização dos alunos de aproximadamente 9 anos, globalmente e por gênero.
- **A8: Envolvimento do Aluno** – análise do envolvimento do aluno em dois níveis: o sentimento de pertencimento do aluno e sua participação no estabelecimento, e em que medida isto varia de um país para outro.
- **D5: Políticas de Admissão, Localização e Reunião de Alunos** – análise destas políticas tais como são aplicadas no Ensino Médio, em que o ensino fornecido começa a ser mais diversificado.
- **D6: Tomada de Decisão nos Sistemas Educativos** – analisa o modelo adotado para as tomadas de decisão, e determina as autoridades responsáveis por essas tomadas de decisão, e as áreas do sistema que lhes compete, assim como o grau de autonomia nessas tomadas de decisão.

Além do mais, várias *outras análises* são apresentadas mediante indicadores regulares mostrando:

- Fatores demográficos que influenciam o futuro abastecimento em pessoal qualificado (Indicador A1).
- Tendências das relações entre o nível educacional e a atividade na vida ativa (A10)
- Comparação dos salários relativos globais e para homens e mulheres separadamente (A11).
- Comparação da repartição de despesas e estudantes por nível educacional (B1).
- Repartição das despesas educacionais privadas por gastos das famílias e outros gastos privados (B3)
- Modelo de matrícula por cada ano de idade dos jovens adultos (C1)
- Tendências da mobilidade estudantil e análise das matérias estudadas pelos estudantes estrangeiros (C3).
- Comparações no decorrer do tempo sobre como se processa a transição entre educação e trabalho (C4)
- Representação considerando-se o país de nascimento dos jovens com baixo nível de qualificação
- Comparação da taxa de estudantes por pessoal de ensino entre as instituições públicas e privadas (D2)
- Proporção da carga horária que os professores consagram ao ensino (D4)

Nota aos Editores

Os gráficos se referem geralmente ao ano letivo 2002 ou ao ano financeiro 2001, a não ser que haja outras indicações. Os gráficos sobre as competências em leitura, matemática e ciências dos alunos de 15 anos e sobre o envolvimento do aluno provêm do Programa Internacional de Avaliação do Aluno (PISA) do ano 2000.

Os indicadores apresentados neste livro são fundamentados nos dados da OCDE em 30 de junho de 2004. Qualquer revisão posterior de seus dados por um país, com consequências nos valores do indicador, é divulgada no sítio da OCDE: www.oecd.org/edu/eag2004.

Glossário dos termos utilizados no Sumário Executivo

Programas Avançados de Pesquisa – referem-se aos programas do Ensino Superior que levam diretamente à obtenção de um diploma de pesquisa avançada, como o Doutorado.

Nível educacional – o nível educacional é expresso através do mais alto grau de instrução obtido por um indivíduo, conforme a definição do ISCED.

Taxa de emprego – é o número de pessoas empregadas, considerando-se o percentual do número total de pessoas na população.

Despesas das instituições educacionais – abrangem as despesas das instituições educacionais envolvidas na instrução, bem como as despesas dos estabelecimentos de ensino não educacionais, os que estão envolvidos na administração do sistema educativo, por exemplo.

Capital humano – bens de produção expressos em trabalho, competência e conhecimento.

CITE – Classificação Internacional Tipo da Educação, que classifica os programas educacionais por nível

Países parceiros – países participando do programa de Indicadores Educacionais Mundiais (IEM) da OCDE/UNESCO: Argentina, Brasil, Chile, China, Egito, Índia, Indonésia, Jamaica, Jordânia, Malásia, Paraguai, Peru, Filipinas, Federação Russa, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia, Uruguai e Zimbábue. Além do mais, inclui-se Israel, que tinha o estatuto de observador nas atividades da OCDE relativas à educação.

Expectativa escolar – duração média da instrução formal em que uma criança de cinco anos pode esperar ser matriculada ao longo da sua vida.

Nível de Ensino Superior universitário (tipo A) – corresponde a programas de nível 5A da CITE. Estes são amplamente fundamentados na teoria e concebidos para fornecer qualificações suficientes para a admissão em programas e profissões de pesquisa requerendo alto nível de competências, tais como a medicina, odontologia e arquitetura. Inclui habitualmente os diplomas de Bacharelado e Licenciatura e diplomas equivalentes.

Nível de Ensino Superior técnico (tipo B) - corresponde a programas de nível 5B da CITE. Estes são habitualmente mais curtos que os do Ensino Superior universitário, e enfatizam

as qualificações práticas, técnicas, e ocupacionais para admissão direta no mercado de trabalho, embora algumas bases teóricas possam ser abrangidas por outros programas.

Nível de Ensino Superior – programas de Ensino Superior universitário e técnico, bem como programas avançados de pesquisa.

Gastos públicos totais na instrução – abrange as despesas públicas (governamentais) em instituições bem como os subsídios públicos às famílias (custo de vida, por exemplo) e a outras entidades privadas.

Nível universitário ou equivalente – refere-se aos programas de ensino superior do tipo A ou além.

© OECD 2004

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.

Os sumários multilingues são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

